

CRIME E CASTIGO



Um podcast original da Rádio Novelo

Episódio 5

Não é tão simples assim

Branca Vianna: Oi, eu sou a Branca Vianna. Antes de começar, eu queria dar um aviso aqui pros ouvintes. Essa série fala de violência e violência sexual. Então fica o alerta pra quem é sensível a esses temas. E eu recomendo, claro, que você não escute acompanhado de crianças.

Crime e Castigo, um podcast original da Rádio Novelo. Episódio 5. Não é tão simples assim.

Eu não sei se você lembra desse trechinho, do primeiro episódio do *Praia dos Ossos*.

Ivo Saldanha: *Eu sou psiquiatra, e sou o Ivo Saldanha.*

Branca Vianna: *E o Newton tinha chamado porque o Doca tava na, tava preso na delegacia...*

Ivo Saldanha: *E tava com a ideia de fazer alguma coisa, alguma violência autodirigida.*

Branca Vianna: *Ele tava com ideias suicidas.*

Ivo Saldanha: *Tava.*

Branca Vianna: A gente tava ainda bem no comecinho da história, antes ainda do primeiro julgamento do Doca Street. O Ivo Saldanha foi o psiquiatra contratado pra tratar o Doca pelo estresse pós-traumático que ele tava sofrendo depois de assassinar a Ângela Diniz.

Mas é tanta coisa que acontece naquele episódio – e no resto da série – que o Ivo só aparece num trechinho rapidinho. Mas essa entrevista ficou famosa aqui pra gente, nos bastidores.

Aqui, a Paula Scarpin da Rádio Novelo.

Paula Scarpin: Vou abrir aqui no zap a troca de mensagens com a Flora nesse dia...

Branca Vianna: E só pra explicar pra vocês: porque a Flora Thomson-DeVeaux tava comigo nas entrevistas em Búzios e a Paulinha ficou no Rio.

Flora Thomson-DeVeaux: E eu ia contando pra ela o que tava acontecendo por WhatsApp.

Branca Vianna: Pois é, eu nem sabia disso, tava toda concentrada lá no Ivo e não tava nem vendo que você tava de papo com a Paulinha.

Paula Scarpin: Achei aqui, ó: 4 de junho de 2019. A Flora me diz: "Acho que a Branca vai bater nele". [risos] E eu: "Por que?". Flora: "Ele fala de um jeito MUITO vago".

Flora Thomson-DeVeaux: Só nesse trechinho que entrou no Praia, que a gente ouviu agora, já deu pra sacar... ele diz: "alguma violência autodirigida", não dá pra entender direito, a Branca pergunta, assim: "ideias suicidas?". Sabe, quem fala assim?

Branca Vianna: Pelo jeito, eu não consegui disfarçar a minha impaciência com a falta de clareza do Ivo Saldanha pra contar a história. E tinha um detalhe específico que o Ivo sempre dava um jeito de contornar.

Branca Vianna: *E como ele deveria se comportar no julgamento?*

Ivo Saldanha: *É, de, de que ele tivesse consciência... a gente não pode negar a situação, mas para ele ter controle...*

Branca Vianna: *Não pode negar qual situação?*

Ivo Saldanha: *A situação do, do, dos acontecimentos.*

Branca Vianna: Em nenhum momento ele falava com todas as letras que o Doca tinha matado a Ângela. Eu tentei tirar leite de pedra durante uma hora e meia. No começo, parecia que ele tava só sendo vago mesmo. Mas, depois, eu comecei a perceber que era outra coisa.

Branca Vianna: *O senhor pode me dizer, especificamente, pros ouvintes...*

Ivo Saldanha: *Não negar a situação, que eu digo, é que você precisa estar consciente do que você vai enfrentar e de que poderia acontecer com você.*

Branca Vianna: *Deixa eu ver se eu entendi. Não podia negar a situação de que ele estava sendo julgado por homicídio.*

Ivo Saldanha: *Que ele estava sendo julgado, exatamente, por isso tudo.*

Branca Vianna: *Por ter matado a Ângela Diniz.*

Branca Vianna: Nada.

Ivo Saldanha: *É, para que ele tivesse controle. Porque nós já tínhamos um, um acontecimento no início.*

Branca Vianna: *Ahn, não entendi.*

Branca Vianna: Eu fui ficando irritada.

Ivo Saldanha: *Porque uma coisa que aconteceu numa explosão em determinadas situações, agora não, não, não, não pode ocorrer, não acontece.*

Branca Vianna: *Não pode ocorrer porque ela já morreu. Não pode matar ela duas vezes.*

Branca Vianna: Tava me parecendo que o doutor Ivo era um psiquiatra às avessas. Em vez de ajudar o Doca a revisitar o passado pra elaborar o trauma, ele estimulava o paciente a ignorar o que ele tinha feito, a esquecer e nunca mais pensar no assunto.

Branca Vianna: *Mas então nem agora, depois de 40 anos, o senhor não pode dizer? “O Doca matou a Angela Diniz”...*

Ivo Saldanha: *Não, porque é, é, quanto a essa, essa situação, eu, como profissional tinha que tratar da depressão, da ansiedade...*

Branca Vianna: *Mas hoje em dia ele não é mais o seu paciente e ele nunca negou o crime, né, ele...*

Ivo Saldanha: *É, então, ele mesmo tava preparado, ele mesmo assumiu o que, o que fez.*

Branca Vianna: *Mas o senhor não pode dizer o que que ele fez?*

Ivo Saldanha: *Não, é porque isso, não, não, eu, como médico...*

Paula Scarpin: Mas por que você queria tanto ouvir isso da boca dele?

Branca Vianna: Pois é, viu, eu não sei. Vocês é que chamaram minha atenção que eu tava agindo assim, porque nem eu entendo o que me deu de insistir tanto. Porque que diferença faz, né? Faz nenhuma. Eu acho que o que aconteceu é que eu acabei descontando a minha raiva de toda essa história no Ivo Saldanha. Parecia que ele era ali, naquela hora, a personificação da falta de responsabilização do Doca pelo crime. Pra mim naquele consultório ele estava representando, assim, toda a opinião pública da época que achava que o Doca não fez nada, que o assassinato da Ângela foi uma coisa que "aconteceu" com ele, como poderia ter acontecido com qualquer outro, porque a responsabilidade mesmo era dela, a ideia, assim, de que uma mulher como ela só podia acabar assim, com quatro tiros na cara. A gente chegou a ouvir isso. De que o assassinato da Ângela foi uma coisa que "aconteceu" com Doca, ele de passivo nessa história. E aí, enfim, acho que fui ficando, assim, irracionalmente irritada com o cara que tratou do Doca 40 anos antes. Foi muito doido, a minha reação foi muito doida.

Flora Thomson-DeVeaux: É, mas a gente lembrou do Ivo Saldanha agora, quando a gente tava fazendo uma entrevista pro *Crime e Castigo*.

Branca Vianna: É, a entrevista com a Nelly, né.

Petronella Maria Boonen: Então, eu sou Petronella Maria Boonen, embora mais conhecida como Nelly. Pertencço a um centro de direitos humanos e educação popular onde eu tô trabalhando 20 anos como educadora e coordenadora de projeto. É o espaço que me permite... trabalhar a justiça restaurativa em vários lugares do Brasil, e às vezes fora do Brasil.

Branca Vianna: A gente falou da Nelly muito rapidinho no episódio passado. Foi pra ela que o Maíke ligou quando a filhinha dele foi abusada pelo vizinho. A Nelly trabalha com Justiça Restaurativa no bairro do Capão Redondo, periferia de São Paulo. E você deve ter percebido, pelo sotaque, que ela não é brasileira. Ela é de Luxemburgo. E tem mais um detalhe.

Petronella Maria Boonen: E eu também sou membro de uma congregação religiosa católica.

Branca Vianna: A Nelly é freira.

Petronella Maria Boonen: Mas então eu cheguei em final de 1985, mas pouco a pouco essa igreja foi mudando tanto que eu não me reconheço na Igreja oficial, católica, poderosa. Então eu muitas vezes falava: "Nossa, assim devem se sentir mulheres traídas pelo marido". [Branca ri] Porque você se entrega a uma instituição e depois você vê que essa instituição vai fazer um outro caminho que na verdade não tem muito a ver com você. Como eu me senti despreparada para ir para alguma missão, eu pedi para estudar. E quando eu comecei a estudar na USP. Aí já nas primeiras semanas eu vejo na Vila Remo, Zona Sul. Eu ia para o ponto de ônibus, eu vejo um corpo esticado no chão. A polícia científica virava esse corpo e saía, assim, sangue, água, sei lá, da boca dele. Eu fiquei tão chocada, nunca tinha visto uma coisa assim. E fiquei muito chocada que tinha mulheres com crianças, assim, uma cena sendo uma coisa muito natural. Eu fiquei muito, muito chocada. E desde o início eu falei: "Nossa, eu preciso trabalhar com isso, eu quero fazer alguma coisa que faça sentido". Eu fiz uma pós-graduação na PUC e nessa pós-graduação, eu encontrei a palavra mágica: "justiça restaurativa". Nossa, achei fantástico.

Branca Vianna: Mas, então, a história que ela contou que fez a gente lembrar do Ivo Saldanha...

Petronella Maria Boonen: Dois meninos brincaram com uma arma, sétima série, tinha... a bala estava no cano e a arma disparou e matou. Tá, Pedro matou João involuntariamente. Quando esse Pedro volta para a escola... porque foi um auê, né, "como assim?" Ele se sente perseguido por todo mundo, ele se sente rejeitado, ele tem a impressão que não tem lugar.

Branca Vianna: A Nelly foi chamada pra ajudar na reinserção do Pedro na escola, usando os princípios da Justiça Restaurativa.

Petronella Maria Boonen: Então num sábado se preparou um círculo com o objetivo do Pedro poder expressar para os colegas e para os professores, para a diretora, como ele se sentia na escola. E foi um desastre porque ninguém, nem o facilitador, nem a diretora, nem a mãe, o irmão, ninguém conseguia dizer: "Pedro involuntariamente matou com arma de fogo o João". Ninguém conseguiu dizer "matou". Porque como que se tivesse dizendo, você estaria acusando. A professora falava: "Não, porque esse fato", "porque essa desgraça",

"porque esse acidente..." E ninguém conseguiu dizer.

Branca Vianna: A Nelly de cara percebeu qual era o problema.

Petronella Maria Boonen: A desgraça, ela tem que ser descrita na sua real dimensão para a gente poder trabalhar com ela. Ela precisa ser objetivada, cartografada: "olha, esse aqui é o pedaço". "É isso que aconteceu".

Branca Vianna: "É isso que aconteceu". "A desgraça tem que ser descrita na sua real dimensão". Era exatamente disso que eu sentia falta na abordagem do Ivo Saldanha no tratamento do Doca. E que a Nelly sentiu falta na abordagem da escola na reinserção do Pedro.

Só que, no meu caso, eu acho que eu queria ouvir da boca do Ivo que o Doca tinha matado a Ângela, mas, naquela altura, não ia fazer nenhuma diferença, porque o Doca já tinha sido preso e solto tinha mais de 30 anos...

Já a Nelly precisava da "cartografia" dessa desgraça pra poder fazer o círculo restaurativo funcionar. Lembra? Pra funcionar, todo mundo precisa concordar sobre o que aconteceu e encarar o que aconteceu. E nesse caso, não rolou.

Petronella Maria Boonen: Então isso foi, assim, um desastre. A escola nunca mais quis saber da gente. [ri] Mas foi um aprendizado muito grande. E aí é, precisamos nos preparar para dizer o fato nu e cru. E com compaixão, obviamente, com todo um cuidado. Mas o fato precisa ser expressado. Nomear, nomear. O nomus põe ordem no caos, né? É isso, precisamos nomear para ordenar o caos. A justiça restaurativa sempre é referente a um ato do passado que no presente eu elaboro de preferência junto ou em diálogo com esse outro que me proporcionou essa dor, que foi o causador, que disparou essa dor, para que o futuro possa ser diferente, melhor e, digo eu, mais justo também.

Branca Vianna: Por falar em passado, uma coisa que a gente não chegou a explicar foi sobre as origens da justiça restaurativa.

O termo vem lá dos anos 70, que foi um momento em que vários governos mundo afora tavam chegando à conclusão de que, justamente, a prisão não adiantava. Em 73, teve uma comissão especial do governo norte-americano que disse que "a preponderância da evidência indica que tais instituições geram crime ao invés de preveni-lo." Mas enfim, é esse o momento em que a justiça restaurativa aparece.

Na mesma época, começam experiências nesse sentido no Canadá, nos Estados Unidos, na Nova Zelândia...

Na Nova Zelândia, era o seguinte: o sistema socioeducativo lá, tava completamente sobrecarregado, e os jovens de origem Maôri eram desproporcionalmente afetados. Então a ideia era de pegar a própria cultura Maôri, ouvir o jeito como eles lidavam com danos e ofensas, e levar isso pra dentro do sistema criminal. Teve a mesma coisa no Canadá, só que com os vários povos indígenas de lá.

Márcio Rosa: Quando a gente estuda justiça restaurativa, é sempre uma referência: Nova Zelândia e Canadá. Mas e os povos indígenas da América Latina, será que já não fazem, e não há um registro?

Branca Vianna: Esse é o Márcio Rosa. O Márcio é promotor de justiça. Ele é paranaense, se formou em São Paulo – mas mora e trabalha em Roraima há mais de 20 anos. E essa mudança pra região amazônica fez ele procurar uma formação complementar ao direito...

Márcio Rosa: Fiz o mestrado em direito ambiental, e aí me aventurei na antropologia no doutorado. Nós moramos num estado indígena, né? Predominantemente indígena. 50, quase 50% do nosso território é indígena. Só em Roraima, que é um estado, geograficamente, não é tão grande, mas são 11 povos indígenas. Todos falam uma língua diferente.

Branca Vianna: Eu perguntei pro Márcio o que que acontece quando tem um crime em território indígena. Como é que eles resolvem a questão?

Márcio Rosa: Então nós temos no Brasil, hoje, 300 povos indígenas. 300, catalogados, né? Cada um tem uma forma de administrar a justiça e resolver os próprios conflitos, então como é que vai se dar a resolução de um conflito por conta de uma questão criminal? Depende do povo. Essa questão cível e criminal que a gente usa muito na justiça... “Ah, essa é uma causa cível”, por exemplo: a adoção é uma causa cível, e um homicídio é uma causa criminal. Isso é uma nomenclatura nossa, estatal, ocidental. Entre os povos indígenas de um modo geral, não há essa compartimentação da vida, é a vida que acontece. Não existe o direito civil e o direito penal, não existe a quebra da norma religiosa e da norma civil. Existe quebra de norma que traz uma desarmonia pra comunidade.

Flora Thomson-DeVeaux: Isso é super interessante, porque faz com que a gente olhe pro nosso próprio sistema, né. Nossa sociedade passou por essa evolução, porque num primeiro momento, era assim – não tinha lei, necessariamente, só tinha, assim, problemas que surgiam. Tipo, alguém bateu em alguém.

Branca Vianna: Alguém bateu em alguém, e aí cê tem que resolver não porque é contra a lei, mas porque causou um problema na comunidade, que alguém bateu, alguém apanhou, né.

Flora Thomson-DeVeaux: Isso, e agora a gente tem meio que o contrário: algo pode acabar com a paz da comunidade e não ser um crime, e algo pode ser tipificado como crime e não estar causando nenhum problema pra sociedade.

Márcio Rosa: A natureza dessa quebra, isso é a gente que vai dando apelidos a isso, mas quando há, por exemplo, um homicídio, então, realmente, o homicídio é algo que rasga o tecido social de qualquer comunidade, especialmente, entre os povos indígenas, que são comunidades que não são tão grandes, as pessoas se conhecem, são aparentadas... Então, havendo homicídio, é uma coisa bastante grave.

Branca Vianna: Um dos casos que Márcio estudou no doutorado foi justamente o de uma morte dentro do território Ingarikó. Quem contou pro Márcio sobre essa morte foi uma liderança do povo Ingarikó. E a gente também falou com ele.

Dilson Ingarikó: Meu nome é Dilson. Eu sou indígena, sou do povo Ingarikó, moro nos limites de três fronteiras: Venezuela, Guiana, Brasil, no extremo norte do país; sou professor, estou fazendo mestrado em Sociologia e Direito.

Branca Vianna: O Dilson nasceu perto da tríplice fronteira, numa comunidade chamada Manalai. Aos 12 anos, ele se mudou para outra comunidade indígena pra estudar. E depois foi pra Boa Vista para continuar os estudos. Assim como na conversa com o Márcio, o Dilson falou com a gente à distância, por Zoom. Então a qualidade do áudio não tá lá essas coisas, mas dá pra entender o que ele diz. Eu perguntei pra ele como acontecem as resoluções de conflitos dentro da comunidade Ingarikó.

Dilson Ingarikó: Pra entender os conflitos, primeiro a gente precisa entender a organização política interna da comunidade, que o que é o conflito pra sistema que não é indígena, ela pode ser diferente. Então, o povo Ingarikó, eles entendem em que momento o problema é individual, que pode ser resolvido entre família, em que momento ele é coletivo...

Branca Vianna: O Dilson explicou que quando acontece um problema entre famílias, ele costuma ser resolvido pelas famílias mesmo, sem envolver mais ninguém da comunidade. Mas se as famílias não conseguirem resolver o conflito sozinhas, aí elas recorrem a uma liderança chamada Epuru.

Dilson Ingarikó: Epuru é uma pessoa que, naturalmente, lidera a sua comunidade, é o dom da pessoa, e não é escolhido numa eleição, não. É a pessoa que se identifica, o povo acompanha as suas decisões, esse é o Epuru; que é... muitos chamam de Tuxaua. E aí tem uma instância, que é Esak, porque os Ingarikó moram numa casa com várias famílias e dentro dessa casa, existe uma pessoa que é responsável, que é denominado de Esak.

Branca Vianna: Mas e se as famílias não conseguem resolver entre si e nem com a ajuda dessas lideranças?

Dilson Ingarikó: E não se resolvendo, vai para o Pukkenak, que é uma instância máxima, onde todas as famílias afetadas por algum tipo de problema e pessoas que criaram o problema, vamos dizer assim, elas precisam ser ouvidas dentro dessas instâncias, e no final é consensuado, e quem dá esse consenso é o Pukkenak, já com orientação do Esak, do Epuru, todos eles ouvidos, e chega a uma decisão.

Branca Vianna: O Márcio fez uma comparação entre essa hierarquia da justiça Ingarikó com a da justiça tradicional brasileira.

Márcio Rosa: Tentando trazer para a linguagem do direito nacional, eu falo de instâncias, né? Na justiça, a gente tem a primeira instância, a segunda instância, a terceira instância, a quarta instância, que é o Supremo, em alguns casos, e os Ingarikó também têm quatro instâncias, que eu identifiquei. Eu dou esse nome, eles não dão esse nome, enfim...

Branca Vianna: Primeiro vem a família, depois o Tuxaua, depois o Epuru ou Esak, que é o líder natural da comunidade; e por fim, a instância máxima é o Pukkenak.

Márcio Rosa: É que no sistema brasileiro, vamos pegar o sistema brasileiro, as instâncias são estanque. O juiz julgou, passa para o tribunal, o tribunal já não conversa mais com esse juiz; julga de novo. Vai pra terceira instância, vai pro STJ, o STJ já não conversa mais com o tribunal. Vai pro Supremo, o Supremo não quer saber que que o juiz de primeira instância... chamar todo mundo pra uma reunião e conversar para deliberar. Não, são estanques, vai passando de uma pra outra.

Branca Vianna: Nos Ingarikó, é bem diferente.

Márcio Rosa: Entre os Ingarikó, todo mundo conversa o tempo todo, então se o caso foi pro o Esak, "sim, mas vamos chamar o tuxaua e vamos chamar as famílias." Se o Pukkenak for entrar na roda, o

Pukkenak vai querer saber do Esak, do Tuxaua, da família; todo mundo conversa, o tempo todo é uma coisa fluida, né?

Branca Vianna: E durante as reuniões, ou “audiências”, os procedimentos também são diferentes.

Márcio Rosa: Uma coisa que eu observei também, essa coisa que na justiça brasileira tem, a vítima chega e só tem que falar dos fatos: fulano deu facada em ciclano. Se a vítima diz: “Eu fiquei revoltado”, aí o juiz diz: “Opa, você não tem que falar que você ficou revoltado, você tem que falar quem deu a facada em quem.” “Não, mas eu estou muito triste.” “Não, isso aqui não é lugar pra sentimentos. Eu quero fatos.” Uma coisa seca, né? Os Ingarikó, eles querem saber do sentimento. O fato tá lá, é bem claro, mas o que que você está sentindo a respeito? Como é que isso repercutiu na sua vida? O que que você pensa que a vingança vai trazer pro futuro, ou se a não vingança vai trazer? O sentimento importa, né? Que na verdade importa muito, sempre, a gente é que não dá espaço pra isso.

Branca Vianna: Mas vamos entender na prática como a justiça Ingarikó funciona - a partir da morte que acabou indo parar na tese do Márcio. O Dilson contou pra gente.

Dilson Ingarikó: Caminhando pra Natal, o esposo estava com arma de fogo e ele ia atirar pro alto, e a mulher, sua mulher, não queria deixar que ele atirasse nos altos, ela se agarrou com a espingarda e o esposo acabou atirando no pescoço dela e ela faleceu naquele momento. Foi entendido pela família que aquilo era proposital; pro outro grupo, era acidente.

Branca Vianna: A família da vítima e a família do agressor tinham perspectivas diferentes. É aí que o Dilson entra. Aqui um trechinho do depoimento que o Dilson deu pro Márcio, pra pesquisa de doutorado dele.

Dilson Ingarikó: Como eu estava dirigindo a educação escolar no local, eu fui considerado como Epuru, e eu chamei todo mundo: os Tuxauas, as famílias, eu falei: nós perdemos, sim, uma vida, mas qual foi o início do problema, por que que aconteceu?

Branca Vianna: A família disse que o atirador tava bêbado, e sempre que ele bebia, ele ficava violento. Dilson perguntou o que a família da vítima queria. E eles disseram que queriam matar o assassino. Só queriam que a liderança – o Dilson, no caso – autorizasse isso.

No sistema de justiça dos Ingarikó, existe essa possibilidade, de matar o assassino. Tanto que a família da vítima foi pedir autorização para matar o agressor.

Esse caso envolve duas coisas que causam problemas na comunidade: o álcool e as armas de fogo. Quer dizer... álcool e arma é problema em qualquer lugar, né? Ainda mais misturados.

Dilson Ingarikó: A aquisição de arma de fogo é um problema social e que jovens estavam aprendendo aquilo que não sabia manejar, que não faz parte da sua cultura, então o julgamento aconteceu nesse nível; não condenando a pessoa, sim condenando a forma de agir...

Branca Vianna: No entendimento do Dilson, a autoridade ali, foi essa mistura de álcool com arma que acabou levando ao assassinato da mulher. E, com base nisso, ele tentou dissuadir a família que queria vingança.

Aqui, mais um trechinho da gravação pra tese do Márcio. Dilson perguntou pra família da mulher: “Vem cá, ele não é o pai dos filhos dela?”

“Sim, mas a gente quer vingança, a gente quer matar ele.”

“Mas se vocês matarem ele, a família dele vai se juntar e matar a família de vocês também. Isso vai resolver o problema? Não, não vai. Vocês vão é abrir uma porta pra guerra. E a gente já perdeu uma vida por causa do que esse cara fez.”

Branca Vianna: A família da vítima até concordava com o argumento do Dilson. Matar o assassino não ia resolver o problema. Mas não dava pra só fingir que não tinha acontecido nada.

A família não conseguia resolver. O Dilson, enquanto Epuru, ou o líder da comunidade, também não conseguia resolver... então ele recorreu ao Pukkenak. E o veredito dele, do Pukkenak, era de que tinha que resolver de forma pacífica. Não podia matar.

Então o Dilson organizou uma reunião circular. Ele juntou todos os envolvidos pra deixar todo mundo falar. Pela palavra "circular", você já deve ter associado com a justiça restaurativa, né? Mas não é igual...

Dilson Ingarikó: “Olha, a melhor forma para os Ingarikó é levar o dia todo sem tomar água ou sem comer alguma coisa, em jejum, resolver problema com fome, porque aí analisa melhor o problema social.”

Branca Vianna: Quer dizer: enquanto a reunião durasse, nenhum dos envolvidos podia comer, nem beber água.

Dilson Ingarikó: A ideia é que, a partir do momento em que se cria o conflito entre famílias, a família deixa de trabalhar, deixa de fazer suas coisas pra estar tentando resolver as coisas, né? Então, a pessoa que causou problema já tem que pensar: “Olha, toda vez quando acontecer um problema, a minha avó, a minha mãe, a minha irmã, passa fome junto comigo.”

Branca Vianna: Durante o círculo, o Dilson estimulava cada um a falar. Primeiro, o agressor. De novo um trecho gravado pelo Márcio lá atrás, em 2017.

Branca Vianna: O Dilson perguntou pra ele o que era que ele tava sentindo naquele momento. Era ódio? Por que ele ficava assim quando bebia? O homem não sabia explicar, mas concordava que ele ficava nervoso quando bebia.

“E tem como você controlar isso?”

Ele disse que conseguia, quase sempre. Mas quando ele bebia, ele queria mostrar que era forte. E foi isso que rolou na hora do tiro.

Muita gente ali no círculo se identificou com o problema do agressor: o abuso do álcool, e o impulso de violência. Deu pra perceber que o problema era coletivo.

No final do processo, o Dilson perguntou pra família da vítima se eles ainda queriam matar o assassino. E eles só falaram pro cara assim, e aqui tô citando: “Não faz mais isso. Não dá pra agir assim na base da raiva, só pra mostrar que você é forte, que você é macho. Isso que você fez é uma fraqueza, acabar com a vida de alguém assim. É isso que você quer pra sua família?”

Branca Vianna: Houve alguma punição...? Ou nem cabe? A palavra seria, sei lá, “solução” ou alguma outra – qual foi a solução dada, nesse caso? O que que aconteceu com ele?

Dilson Ingarikó: Olha, não tem punição; existe processo educativo. Foi dado uma regra pra ele a não casar imediatamente, até que ele perceba que viver sem companheira, já a pessoa acostumada com a mulher e, com esse problema que ele ocasionou, ele teria que aprender com a consequência do que ele causou sem ter parceira, então foi dois anos ou três anos, não me lembro, que ele não teria direito de namorar e nem de casar.

Branca Vianna: Na verdade, foi só um ano.

Dilson Ingarikó: Esse tempo todo que ele ficou, ele tinha que trabalhar pra comunidade e cuidar dos próprios filhos dele, que ele aprendeu que não é fácil viver e cuidar dos filhos sem mãe.

Branca Vianna: Depois desse período estabelecido, dessa pena de celibato e serviço comunitário, o agressor foi liberado pra se casar novamente. E ele também começou a fazer palestras e orientar os mais jovens sobre os perigos do álcool e das armas, usando a própria experiência como exemplo.

Márcio Rosa: Eu não estudo a religião Ingarikó porque não foi objeto

da minha pesquisa...

Branca Vianna: Aqui, de novo, o promotor Márcio Rosa.

Márcio Rosa: Mas não tem essa divisão, então tudo passa, também, pela religião, que é o paata ewan. O que significa paata ewan?. “Coração do mundo”. Paata ewan é como se fosse a cavidade torácica de uma pessoa, onde está todo o pulsar da vida do mundo. E aí não há uma distinção entre céu, terra, pós-morte. Tudo está conectado; o rio está conectado, a vida, as pessoas, a terra está conectada, o céu está conectado, o sol...

Flora Thomson-DeVeaux: Isso se relaciona com essa ideia de fazer uma espécie de castigo não destrutivo, né? Que você não quer danificar de certa pessoa, mesmo que seja o ofensor...

Márcio Rosa: Todas as áreas da vida, todos os ramos da vida se conectam entre eles e com a natureza. Algo fantástico, né? Eu acho lindíssimo, fico encantado com isso.

Branca Vianna: É, uma punição que não envolve prisão, nem agressão física, enfim... Tem sua beleza, né? Mas teve uma coisa que chamou a minha atenção. Um homem ingarikó tinha matado uma mulher Ingarikó. A mulher dele. Violência doméstica é um terreno pantanoso...

Paula Scarpin: Não, “desarmonia na comunidade” parece uma boa definição de crime. Mas tem que pensar em quem tá definindo o que é que é desarmonia.

Flora Thomson-DeVeaux: Dependendo de como você tá olhando, assim, direitos humanos podem ser uma coisa que vêm e “acabam com a paz” de uma comunidade, se quem tá falando é a pessoa que tava se beneficiando com a ausência desses direitos. Quando se introduz o direito da mulher, o direito de qualquer minoria, nem sempre a ordem social ali é algo que a gente acha que quer preservar. Porque de repente uma comunidade acha que é ok bater na mulher, e aí a gente quer que alguém venha de fora e diga “não, não pode”.

Márcio Rosa: Não foi objeto no estudo, mas sim, existe violência doméstica entre povos indígenas. Eu atuei um pouco de tempo na vara de violência doméstica aqui em Boa Vista, e tinha, realmente, vários casos de violência doméstica, e é interessante que em boa parte dos casos de violência doméstica, como há uma reiteração, o homem violento, ele vai reiterar a violência, né? Isso acontece, não é entre os povos indígenas só, é na sociedade de um modo geral, e

esse era um dos casos que os tuxauas... eles mesmos levavam o agressor pra justiça comum porque é como se eles não conseguiram mais reeducar aquela pessoa, e várias casos chegaram até nós porque os tuxauas levaram: "Olha, não dá mais, a gente já tentou, ele bate na mulher, ele vai acabar matando essa mulher, então vocês dêem um jeito aí".

Branca Vianna: Quer dizer: em alguns casos de homens que reincidem na agressão a mulheres dentro do território Ingarikó, os próprios líderes recorrem à justiça tradicional pra resolver.

Márcio Rosa: Eu acho que tanto como você querer impor o sistema estatal para o povo Ingarikó, querer impor o sistema deles pra nós também pode causar um problema grave. Mas eu reconheço que claro, há problemas, há dificuldades, há casos que eles não conseguem resolver também, há questões de gênero envolvidas, e a gente diz: "Não, isso aqui não é correto", e aí há uma intervenção da justiça estatal, sim.

Branca Vianna: De alguma forma a violência contra a mulher deixa claro como é complexa a justiça comunitária.

Márcio Rosa: Eu perguntei na época pro Dilson se ele tinha estudado justiça restaurativa, se ele sabia e tal. Ele disse que não, ele nem conhecia muito bem o termo. Muito embora ele estudou, também, na universidade federal, não era uma coisa familiar a ele, porque eu achei muito em justiça restaurativa, esse processo circular. Mas é uma coisa orgânica. A gente acha que, "nossa, que coisa civilizada. Nós inventamos isso aqui", mas eles já praticam há tempos, e não é só na Nova Zelândia.

Fernanda Rosenblatt: Na Nova Zelândia, que foi um dos primeiros países a legislar sobre JR... o modelo deles de justiça restaurativa juvenil - foi idealizado declaradamente com base nas práticas dos Maoris. Dos indígenas de lá.

Branca Vianna: Aqui, de novo, a Fernanda Rosenblatt. Lembrando que ela se refere à justiça restaurativa pela sigla "JR". Porque jus-ti-ça res-tau-ra-ti-va é muita sílaba pra quem tem que falar isso muitas e muitas vezes.

Fernanda Rosenblatt: Então, veja, essa JR mistificada... E aí quando diz assim, "não, mas a gente está seguindo raízes indígenas". Um bocado de branco está imitando indígena e dizendo que está... se inspirando em indígena.

Branca Vianna: A Fernanda aqui, ela tocou num ponto que eu queria chegar, que é essa importação de práticas de justiça pra outras sociedades – e isso vale pros dois lados, né, das sociedades indígenas pra justiça nacional e vice-versa.

Flora Thomson-DeVeaux: É, e sempre, de novo, com consequências mais perversas pro lado mais fracos das equações, pras minorias. Pras mulheres, por exemplo, e pros próprios Maori.

Branca Vianna: Como assim?

Flora Thomson-DeVeaux: Eu encontrei aqui na pesquisa um dado que diz muito sobre essa "fetichização" das práticas ancestrais, porque olha só: na Nova Zelândia, a justiça restaurativa tem sido cada vez mais usada... pra brancos, enquanto os réus de origem Maori, eles acabam quase sempre indo pro lado da justiça tradicional.

Paula Scarpin: Nossa, que doideira...

Flora Thomson-DeVeaux: Vamo botar essa pesquisa lá no site.

Fernanda Rosenblatt: Porque veja, eu pego e digo, “eu estou fazendo igual os indígenas fazem, eu estou aplicando a noção deles de comunidade”. Mas não são eles, sou eu, juiz branco, sou eu, né, facilitador branco. Então a gente embranquece práticas indígenas, e eu acho que é isso que está acontecendo aqui no movimento restaurativo brasileiro: muito misticismo, muita releitura de culturas que não são de quem está relendo.

Branca Vianna: Eu queria fazer um pouco a advogada do diabo aqui. Num em que a mulher sofreu violência e ela não quer, necessariamente, fazer um processo de justiça restaurativa com esse cara, ela quer que ele suma da vida dela. Ela não quer se encontrar com ele nem no corredor, né? Do lado de fora. Então como é que você vai conseguir fazer essa moça sentar com esse sujeito que bateu nela, que estuprou ela, que infernizou a vida dela durante anos, muitas vezes... Tentou, em caso de filho, né, tentou matar filho, não sei o quê. Como é que a justiça restaurativa justifica isso, né? Vai dizer para essa mulher-- dizer, “Olha, a melhor maneira de você resolver não é você fazer uma denúncia, é você sentar com esse sujeito que você não consegue ficar nem no mesmo corredor do fórum com ele?”

Fernanda Rosenblatt: Veja, quando a gente pensa numa mudança radical como se propõe a justiça restaurativa, claro que tem que ter filtros de segurança, sabe, Branca? Eu acho muito importante você

tocar nesse ponto. Porque qual é a maior agressão, vamos dizer assim, que restaurativistas sofrem quando vão falar de JR em casos de violência doméstica? Que a gente é ingênua, que a gente vai colocar a mulher numa situação de revitimização.

Branca Vianna: "Revitimização". A gente ouviu essa palavra no episódio passado, do Maíke. Quando a filha dele sofreu abuso de um vizinho, o caso foi parar na justiça tradicional. A filha dele, de 5 anos, precisou recontar o abuso várias vezes pra polícia, pro juiz... e o caso acabou não dando em nada, porque o juiz não acreditou na versão dela da história. Ela foi revitimizada porque sofreu o abuso e sofreu de novo com o processo.

A Fernanda diz que o ataque mais pesado que cai sobre a JR é de que pode revitimizar mulheres em casos de violência doméstica. Quando ela falou disso, eu lembrei de outra história da Nelly, a freira de Luxemburgo.

Petronella Maria Boonen: Um rapaz de 27 anos foi comprar pão na casa da prima, a coisa que ele fazia todos os dias, e aí ele vê a filha da prima ali, ele entra no quarto, e tá a formosura de 14 anos de pijama. Ele se aproxima, beija, aperta, passa a mão, assim, meio que no impulso muito doido. Ele vai pra casa. Quando ele vê o menino de um ano e pouco dele, ele caiu em si.

Branca Vianna: Chegando em casa, o cara se deu conta do que ele tinha acabado de fazer. Estupro de vulnerável, podia dar no mínimo seis anos de prisão.

Petronella Maria Boonen: Ele foi no pastor de uma igreja então evangélica, esse pastor, quer dizer, a família da prima também participa dessa igreja. O pastor foi com ele para a delegacia para ele se auto-acusar, mas antes dele fazer isso, o pastor foi conversar com o delegado. Eu, por mim, eu penso que foi isso que evitou a prisão em flagrante dele, que o pastor meio que deu a palavra que é um bom cidadão, "deve ter sido um acidente"... Imagino, tá, gente, isso aí é viagem minha. Mas o pastor foi conversar, ele não foi preso.

Branca Vianna: Esse caso aconteceu em Planaltina, na vara da juíza Catarina Corrêa. Então, em vez de denunciar o agressor, o promotor encaminhou direto pra justiça restaurativa. Se o processo desse errado, o Ministério Público faria uma denúncia. E se desse certo, o caso seria arquivado.

Petronella Maria Boonen: Esse caso chega, a menina de 14 anos, lógico, assustado [sic], com nojo, com medo dos primos, não sai mais de casa, essa coisa toda, uma angústia.

Branca Vianna: A Nelly trabalha em São Paulo, mas nessa época ela tava indo e

voltando da região de Brasília, atendendo casos como esses. Quando ela se sentou com a menina, ela quis fazer uma pergunta.

Petronella Maria Boonen: "Depois do que aconteceu, como você se sente, o que você pensou, o que você pensa hoje? E o quê na sua imaginação precisaria acontecer para você ficar bem?" Ela disse: "Ah, ele tem que ser preso. Eu não confio mais, eu me sinto mal, eu acho que eu estou sendo observada por todos os lados. Ele precisa ir preso porque ele precisa aprender que não é isso que ele pode fazer."

Branca Vianna: Essa foi a resposta de bate-pronto da menina. Mas o atendimento continuou. E a Nelly fazia as mesmas perguntas.

Petronella Maria Boonen: No segundo mês, eu ia uma vez por mês. No segundo mês, ela disse, as mesmas perguntas, porque essas mesmas perguntas vão levar a pessoa a refletir. Ela disse: "Olha, todos dizem que ele tem que ir preso". "Ah, é, todos dizem? E você, o que você acha que precisa fazer para que você se sentisse melhor ou bem?" Ela falou: "Todos, mas a minha mãe não. Eu estou em dúvida porque a minha mãe disse que não. A minha mãe. Eu disse: "Então, o que a sua mãe... mas como assim?" Ela disse: "Porque a minha mãe disse: 'se eu insistir que ele tem que ir preso, eu acabo com a nossa família'".

"Tá, então, vamos pensar o que você precisa..." então isso sempre: "O que você precisa para você ficar bem?" No mês seguinte, ela chegou totalmente dona de si, sabendo o que ela queria, livre. Aí eu vi que ela tinha superado esse fato. Ela disse: "Eu já sei. Eu não quero que ele vá preso porque eu vou ficar com culpa, esse menino vai crescer sem pai..." Os pais dela estavam separados, ela tinha uma relação mais difícil com o pai. Então ela não queria isso, que isso acontecesse com aquele menino. Olha só, 14 anos, gente. E ela disse: "Sabe, eu já sei, nós somos pobres". Tá, realmente, assim, periferia de Planaltina. "Pobre, nós é miserável". Ela disse: "Eu vou fazer 15 anos. Eu queria que ele pagasse a festa dos meus 15 anos". Então eu achei fantástico porque, olha só, simbolicamente, se ele me quer como mulher, então que pague o rito de passagem, né? Achei incrível! Assim, lógico que ela não fez esse raciocínio. Mas nós somos pobres e eu queria que ele pagasse. Mas não só, eu também quero que ele ajude algumas famílias da nossa igreja. Então ela queria para ela e queria para os outros.

Branca Vianna: Isso tudo nos pré-encontros, né? Depois teve o círculo restaurativo de fato, todo mundo falou o que tinha que falar, e o ofensor acabou topando pagar.

Petronella Maria Boonen: Se não tivesse sido isso, ele ia para a prisão, no mínimo 6 anos, eu repito. Se não tivesse isso, ele estaria excluído dessa família a. E também juridicamente, por não ter sido oferecida a denúncia, apresentado esse acordo, esse processo não precisa existir, porque a paz social foi estabelecida, restabelecida.

Branca Vianna: A paz social. O que que é a paz social, né, gente? A Nelly até fez uma pequena ressalva no final da história:

Petronella Maria Boonen: O que faltou nesse caso foi trabalhar com a comunidade a questão do machismo, né, essas questões mais estruturais de como os homens podem simplesmente avançar em cima das mulheres dessa forma. Isso faltou, e essa clareza hoje a gente tem, que dois anos atrás ainda não tínhamos.

Flora Thomson-DeVeaux: Eu lembro que quando a Nelly contou essa história pra gente, eu tava achando “Nossa, que legal”, a Nelly interpreta de um jeito, mas... depois eu fiquei voltando e voltando, e...

Branca Vianna: Sempre o que fica na minha cabeça nesses casos quando eles falam de devolver o conflito à sociedade. Como é que a gente vai garantir que essa sociedade não vai prejudicar os mais vulneráveis? Porque historicamente esses mais vulneráveis são mulheres, são minorias, pessoas com deficiência, são crianças, feito nesse caso... Então você devolver o conflito à sociedade que já tá oprimindo essas pessoas, do que que isso adianta?

Paula Scarpin: E é diferente do caso da Valentina, né? Que ela sabia que ela queria um processo alternativo. Essa garota, ela queria uma coisa no começo, ela queria que o cara fosse preso, e aí o processo de justiça restaurativa foi dissuadindo ela disso.

Flora Thomson-DeVeaux: Dá pra ler isso como uma evolução, de “olha como ela virou antipunivista, não sei o quê”, mas soa bastante como uma coerção. Você fica fazendo a pergunta até ela mudar de ideia.

Branca Vianna: E ainda por cima era uma coisa mediada pelo pastor, que eu suponho que fosse uma pessoa com valor de autoridade pra menina e pra família dela, né, e também falando da harmonia da família, e se ela denunciasse o cara, ela ia causar desarmonia na própria família dela. Imagina, uma menina com 14 anos.

Paula Scarpin: É, com 14 anos, todo mundo é autoridade pra você, né? O pastor, a mulher –

Branca Vianna: Exatamente. Até o primo, que é mais velho, que abusou dela.

Paula Scarpin: Essas leis todas, elas foram criadas pra proteger as vítimas, e a gente viu com a Eliza lá no episódio 3 que as prisões que a gente tem, com a legislação que a gente tem, é muito difícil conscientizar os ofensores. Mas esse círculo aqui tá meio medieval.

Flora Thomson-DeVeaux: É meio que o que podia acontecer mesmo numa aldeia medieval alemã, na verdade. Um homem, provedor de família, ele agarra uma moça, a comunidade acha que isso não é legal, e tem que pagar um wergeld, um – como é que fala?

Paula Scarpin: Wergeld.

Flora Thomson-DeVeaux: Uma indenização, vai.

Branca Vianna: E no meio dessa confusão toda, a gente recebeu mais um e-mail de uma ouvinte do Praia dos Ossos...

Luciana Telles: Olá! Gostaria muito que chegasse à Branca. Eu sou Luciana Teles, psicóloga, especializada em relacionamentos abusivos e violência doméstica.

Branca Vianna: A gente pediu depois pra Luciana se gravar lendo o e-mail que ela mandou, então essa é a voz dela, mesmo.

Luciana Telles: Realmente, AMEI o podcast. [...] Eu só tenho uma crítica. E, de verdade, até um apelo. A Justiça Restaurativa é um verdadeiro abuso, revitimiza a mulher, traz mais traumas para mulheres que já foram muito humilhadas. [...] Por favor, revejam essa parte. O podcast é curativo para muitas mulheres, mas a menção à “justiça restaurativa”, com certeza, traz para muitas delas um trauma enorme. Para mim, trouxe um embrulho no estômago. E obrigada, desde já, por me “ouvirem” nesse desabafo.

Branca Vianna: A Luciana é uma ouvinte tardia do *Praia*. Ela nem tinha ideia de que a gente tava fazendo o *Crime e Castigo*. Quando o e-mail dela chegou, a gente tava no meio desse impasse entre achar que a Justiça Restaurativa era a solução pra todos os problemas da justiça tradicional... e achar que ela tinha uns buracos meio incontornáveis – como a possibilidade de revitimização de quem sofreu violência sexual, por exemplo.

Aí a gente resolveu ligar pra Luciana.

Luciana Telles: Eu sou psicóloga, eh, eu trabalho há bastante tempo nessa pauta das mulheres e, um pouco mais de 10 anos e especialmente relacionamentos abusivos nos últimos 3 anos mais ou menos.

Branca Vianna: Pelo que ela tava vendo no trabalho dela, a Luciana ficou muito preocupada com a justiça restaurativa.

Luciana Telles: A justiça restaurativa, ela é baseada no conceito da constelação familiar que...

Branca Vianna: Peraí, constelação familiar?

Luciana Telles: A constelação familiar nasce da teoria de uma pessoa, que é o Bert Hellinger, que, além de ter sido nazista, né, traz conceitos muito estereotipados do que que é ser mulher, o que que é ser homem, não há um estudo científico por trás da constelação familiar. Eu já conversei com uma pessoa que trabalha com isso e ela fala, o sonho dela é que os casais voltem... Então eu não duvido que muitas das pessoas que se propõem a fazer esse processo e que acreditam na constelação familiar, têm uma motivação pessoal, quase que religiosa, sabe, assim, propósito, fazer com que esses casais se resolvam, eu vou conseguir fazer eles conversarem sobre isso e se perdoarem.

Branca Vianna: Olha, eu não tô exagerando quando eu digo que a gente leu muito sobre justiça restaurativa. E conversou com muita gente também. A maior parte das entrevistas, aliás, ficou de fora, porque não dava pra botar todo mundo aqui no podcast...

E em nenhum momento a gente ouviu falar sobre "constelação familiar". Mas a gente foi atrás de saber.

Resumindo bem rapidamente: é uma ideia de que muitos problemas, muitos conflitos, sofrimentos, etc. vêm do passado. E isso pode ser do nosso próprio passado, mas também do passado da nossa família, ou até de gerações passadas. E o caminho pra tratar dessas questões é uma espécie de psicodrama. Totalmente diferente da justiça restaurativa, né?

Então. Pr'além dessa diferença de fundo e de método, o criador da constelação familiar, o tal do Hellinger, tinha uma ideia bastante específica do que era "família".

O pai é o chefe, a mãe é subserviente a ele, tem uma hierarquia de idade entre os filhos, a homossexualidade é um desvio que resulta de dinâmicas familiares... enfim,

uma série de barbaridades que acabam guiando a forma como cada conflito é resolvido.

Mas... como é que as pessoas estão confundindo isso com justiça restaurativa?

Só podia ser uma coisa...

Flora Thomson-DeVeaux: ...a evolução da justiça restaurativa, assim, só convergiu com as constelações familiares no Brasil, e realmente, me parece uma deturpação bizarra do que deveria ser qualquer conceito de restauração, que não é reforçar um status quo, enfim, abusivo, patriarcal, enfim, tudo que a sociedade brasileira tem de pior. Pra gente é interessante que pra você as duas coisas sejam indissociáveis. Você não vê nenhuma diferença entre a prática da justiça restaurativa no Brasil e a constelação familiar?

Luciana Telles: Dentro do processo que eu trabalho, tá, de relacionamentos abusivos, isso usado nas varas familiares... eu não vejo essa dissociação.

Branca Vianna: Quer dizer: no consultório dela, como psicóloga, a Luciana tem tratado cada vez mais pacientes vítimas de violência sexual ou violência doméstica, que tiveram os casos encaminhados pra justiça restaurativa... mas foram tratadas, na verdade, pelos preceitos dessa tal "Constelação familiar" – que, pra confundir, sequestrou todo o vocabulário da justiça restaurativa.

Luciana Telles: E aí a constelação familiar, dentro desse modelo de justiça restaurativa que, você tem toda razão, na minha opinião, é uma deturpação que aconteceu aqui no Brasil, ela só realmente, acaba por reforçar esse modelo patriarcal. E a gente vê isso se espalhando aqui no Brasil de uma maneira bastante assustadora, reforçando aí os padrões machistas e misóginos de relacionamento que transbordam aí pros relacionamentos abusivos e a violência doméstica, e quando você vai pra uma justiça restaurativa esperando minimamente ser acolhida, muitas mulheres ainda acham que serão acolhidas nesse processo, elas saem de lá muito mais machucadas. Muito mais machucadas.

Paula Scarpin: Caramba, a gente saiu dos Ingarikó, que têm uma visão de responsabilização e coletividade voltado pra resolução de conflitos... e veio parar na cidade, onde as pessoas estão empregando uma corruptela dessa justiça alternativa que acaba revitimizando mulheres abusadas.

Flora Thomson-DeVeaux: Calma, a primeira coisa é separar o que é, de fato, justiça restaurativa e o que é essa constelação familiar.

Porque tem justiça restaurativa responsável, como a gente já viu.

Paula Scarpin: Tem. Mas como a gente diferencia uma coisa da outra?

Branca Vianna: A gente pediu socorro pra Fernanda Rosenblatt.

Primeiro, ela disse que por mais que a justiça restaurativa não seja um conceito completamente fechado, e por mais que alguns valores comuns como solidariedade, respeito mútuo, etc., estejam aí nos dois métodos...

Fernanda Rosenblatt: Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Constelação familiar é uma coisa, justiça restaurativa é outra.

Branca Vianna: Começando pelo fato de que a justiça restaurativa é um processo de resolução de conflito e a constelação parece mais com um processo de terapia.

Fernanda Rosenblatt: ...mas diferentemente da psicoterapia, a constelação familiar não é reconhecida pelo Conselho Federal de Psicologia, nem pelo Conselho Federal de Medicina. E por uma razão muito, muito importante. Diferentemente da terapia que a gente faz com psicoterapeuta, né? Não existe comprovação científica quanto a eficácia da constelação familiar.

Branca Vianna: Ok, mas como é que justiça restaurativa e constelação familiar se misturaram desse jeito? A Fernanda disse que a justiça restaurativa é uma prática que precisa ser adaptada a cada país necessariamente. E que isso é bom, que faz parte do processo, pra não ser uma coisa imposta de cima pra baixo. Mas às vezes, vai longe demais.

Fernanda Rosenblatt: O problema é que às vezes as adaptações são tantas que o produto acaba não tendo mais nada ou quase nada a ver com o modelo que ele inspirou. São os chamados "modelos Frankenstein" de JR. Eu pego um pedaço do modelo restaurativo australiano ou neozelandês. Outro pedaço do modelo inglês. Outro do modelo norte-americano. Adoço com umas pitadas de prática que estão em alta dentro do meu país, como as constelações familiares, mexo tudo e chamo o resultado dessa mistura de "justiça restaurativa à brasileira". Não, não é justiça restaurativa. É outra coisa. E constelações familiares não são práticas de JR, em canto nenhum do mundo e nem aqui no Brasil. Né? Mas, claro, aqui no Brasil, é preciso reconhecer que a confusão, a confusão está feita.

Branca Vianna: Essa confusão tá fazendo estrago em vários sentidos.

Por um lado, essa "mística" da constelação, dos "empréstimos" mal-feitos de cultura indígena, contribui para uma imagem meio ingênuo, simplista, da justiça restaurativa.

Fernanda Rosenblatt: Eu lembro que um... uma amiga minha, promotora de justiça, há muito tempo atrás viu no Facebook, na época que eu tinha Facebook, que eu tinha dado uma palestra sobre JR. Ela chegou num churrasco: "Ô, Fernandinha, tu tá trabalhando com aquele negócio, é, que o povo se abraça no final?", e tal. Então-- "justiça restaurativa é aquele negócio que o povo senta em círculo e depois todo mundo se abraça no final." Não! É-- Essa ideia da JR como pink and fluffy, a gente tem que cortar isso. Porque senão o movimento vai morrer no nascedouro. E assim, a gente está correndo esse risco no Brasil. A romantização da justiça restaurativa é um atentado contra o próprio movimento, contra a própria justiça restaurativa. Então essa coisa de eu dizer a você: "toda mulher vai sentar diante do"... Não! A gente-- O que a gente está fazendo aqui? A gente está tentando abrir mais uma porta. As feministas que trabalharam para a existência da lei Maria da Penha conseguiram um negócio fantástico. Elas abriram a porta para o sistema de justiça criminal para um negócio que era briga de marido e mulher e ninguém podia meter a colher. Então a proposta não é a gente destruir o que foi feito, não, é a gente construir em cima do que foi feito. E um dos preceitos da JR é justamente, no momento em que eu devolvo o conflito às partes, eu tô dizendo que eu vou tratar aquele caso como aquele caso, e não como um padrão. Isso significa que tem mulher que não vai querer sentar diante do seu agressor. E vai significar também que tem mulher que a gente não vai poder deixar sentar, porque existe o risco. E aí, quando começam a romantizar a JR: "Olha, é um ne... não-- não precisa de nenhuma profissionalização, é um negócio, né, místico...". Veja, eu posso ser mística, Fernanda, mas a gente está falando de uma prática institucionalizada, dentro do sistema de justiça criminal.

Branca Vianna: Uma coisa é você, por livre e espontânea vontade, escolher fazer uma constelação familiar, ou outra terapia qualquer, na sua vida privada. Outra coisa é o Estado, o sistema de justiça, o juiz, te obrigarem a passar por um processo assim. E a Fernanda deixou bem claro que segundo a justiça restaurativa, não é pra ninguém ser obrigado a participar de nenhum processo desses. Isso não existe.

Mas uma coisa não tinha ficado clara pra mim: dá pra usar as técnicas de Justiça Restaurativa pra qualquer caso? Por exemplo: de violência contra a mulher?

Fernanda Rosenblatt: E a gente tem que saber, investigar se, um: é possível usar a JR em caso de violência de gênero, em caso de violência sexual contra a mulher, em caso de violência doméstica contra a mulher, e "é desejável". São coisas diferentes, ser possível, ser desejável. Da mesma forma que é diferente de ser eficaz,

eficiente. São perguntas diferentes. É possível? É. É possível, tem sido utilizado, tem sido... tem sido utilizado mundo afora, é possível. Agora, é desejável, não é desejável? É eficiente, é eficaz ou não é? Aí vai depender muito de como esse movimento vai se enrobustecer aqui no Brasil.

Branca Vianna: Mesmo entendendo e fazendo ela mesma críticas à justiça restaurativa, a Fernanda ainda acredita no potencial dela.

Fernanda Rosenblatt: E aí é por isso o meu entusiasmo, que eu repito: é crítico, é crítico, mas é um entusiasmo com a JR, sabe? Eu acho que a gente tem que apostar com todos os filtros de segurança, com toda responsabilidade. Ninguém está aqui... Quer dizer, alguns estão, mas... dizendo, "vamos jogar o povo dentro de uma sala e vamos conversar porque tudo se resolve no diálogo". Basta estar casada para saber que nem tudo se resolve num diálogo. |

Branca Vianna: Depois de ouvir o Maíke e a Catarina no episódio passado, a gente tava pronta pra abraçar esse unicórnio lindo da justiça restaurativa... mas claro que não era tão simples assim. E isso porque a justiça restaurativa não é uma coisa fechada, pronta. É uma alternativa em construção.

Como a Fernanda disse, a JR tá abrindo mais uma porta. Não tá fechando as portas que a gente já tem. E essa alternativa parece ser um passo possível na nossa busca por um sistema um pouco mais funcional.

Fernanda Rosenblatt: Eu não excluiria nenhum tipo de conflito da JR. A minha opinião é de que serve para qualquer tipo de delito.

Branca Vianna: Certo, entendido. Mas ficou uma pergunta no ar que acompanhou a gente durante todo o processo de desenvolvimento desse podcast.

Branca Vianna: Tem uma pergunta, Juliana, que a gente sempre ouve nessa... em todas as entrevistas que a gente tá fazendo, a gente vai falando de menos punitivismo, justiça restaurativa, mediação de conflito, nanana...

Branca Vianna: No próximo e último episódio:

Branca Vianna: ... Aí, a pessoa vira pra gente e fala assim:

Branca Vianna: A pergunta que você também pode estar se fazendo.

Branca Vianna: Então, eu vou fazer essa pergunta pra você: "Ah, mas e o Champinha?"

Branca Vianna: *Crime e Castigo* é uma série original da Rádio Novelo realizada com recursos do Instituto Betty e Jacob Lafer e da Oak Foundation.

Nosso site é radionovelo.com.br/crimeecastigo. Lá, tem transcrições de todos os episódios.

A idealização, a pesquisa, e a apresentação são minhas, da Flora Thomson-DeVeaux e da Paula Scarpin.

O roteiro é da Ludmila Naves e do Lucas Calmon.

O André Emídio colaborou com a pesquisa.

A Juliana Jaeger é a gerente de estratégia, e a Marcelle Darrieux é a nossa gerente de produção. O Guilherme Alpendre é nosso diretor executivo.

A produção é da Mari Faria.

A checagem, da Marcella Ramos.

A edição é do Lucca Mendes.

A sonorização é da Júlia Matos e da Paula Scarpin, e a mixagem é da Pipoca Sound.

A música original é do Pedro Leal David.

A FêCris Vasconcellos cuidou da coordenação de estratégia, e as redes sociais e relacionamento são da Bia Ribeiro e do Eduardo Wolff.

A identidade visual é da Elisa Pessoa, e o design gráfico é do Mateus Coutinho.

O web design e desenvolvimento do nosso site são da Paula Carvalho e da Amanda Gedra.

A gente gravou no Estúdio Rastro no Rio, no Ultrassom em São Paulo, e no Estúdio Carranca em Recife.

Nossos transcritores pra esse episódio foram Nathália Athayde, Nino Bloch, Pedro Gutman, e Laura Rellstab.

Todos os episódios de *Crime e Castigo* já estão no ar.